

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o eminente deputado Joares Ponticelli, os demais deputados e as sras. deputadas.

Falamos na parte da manhã sobre o importante evento que acontecerá entre os dias 12 e 17 de maio na cidade de Canoinhas, inclusive esteve aqui o prefeito Alberto Farias, o secretário Ricardo Pereira Martins e o presidente da Fesporte para tratar deste assunto, dos Jogos Abertos da Terceira Idade, que empolga Santa Catarina neste início de maio tendo em vista a classificação de

dois mil atletas para comparecerem em Canoinhas na 7º edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade, de acordo com o Projeto de Lei n. 0486/2005, de 21 de novembro e Lei Estadual n. 13.846/2006, sancionada pelo governador em exercício Eduardo Pinho Moreira.

O ano de 2007 foi de estruturação do formato e programação do evento pela Fesporte. Em Chapecó, no ano de 2008, participaram 165 municípios, com 56% o índice de competidores. Hoje, temos em Canoinhas 222 municípios, com 75% de participação.

Esse evento ocorreu também em 2009, na cidade de Gravatal, em 2010, no município de Barra Velha; em 2011, no município de Timbó; em 2012, no município de Piratuba; em 2013, no município de Itá; e agora, em 2014, será realizado no município de Canoinhas.

Mais de dois mil atletas estarão presentes este ano, será a maior edição do evento até então. As modalidades para a competição serão: canastra, bocha, bolão, truco, dominó, dança de salão e dança coreografada.

Serão investidos R\$ 200 mil em novas canchas de bocha e a estimativa do impacto econômico será na ordem de R\$ 1,5 milhão. As atrações e programações seguirão a seguinte ordem: no dia 12 de maio, haverá o Congresso Técnico; no dia 13 de maio, a chegada das delegações ao Ginásio de Esportes Sagrado Coração de Jesus e também o início das competições.

Vamos fazer neste momento alguns agradecimentos ao governo do estado, ao governador Raimundo Colombo, à secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao seu presidente, à TVAL, à Radio Alesc Digital, aos parceiros e empresários locais, um agradecimento especial a Fundação Catarinense de Esporte, na pessoa do seu presidente, Erivaldo Nunes Caetano Júnior, o Vadinho; ao Conselho Estadual de Esporte, ao seu presidente Alexandre; também ao Tribunal de Justiça Desportiva, ao seu presidente sr. Aldo Abrahão Massih Júnior e à coordenadora Lilian Fátima Pinto e João Cascaes.

Temos a satisfação de dizer que os Jogos Abertos da Terceira Idade do estado de Santa Catarina, em Canoinhas, vão oferecer entretenimentos e alegria aos idosos, já demonstrados através de gestos, danças, jogos de canastra, baralho, bolão e outros.

Iremos mostrar no vídeo que será exibido a seguir, essa importante competição que fizemos para o estado de Santa Catarina.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Gostaríamos, neste momento, de fazer uma homenagem póstuma a Rubens Fachini, que representa o esporte catarinense, que nos deixou por ter sido vítima de acidente automobilístico.

Então, faço aqui a homenagem a esse importante cidadão catarinense para que nós, catarinenses, tenhamos o mesmo brilhantismo que teve Rubens Fachini durante a sua gestão no esporte do estado de Santa Catarina.

As nossas condolências à família Fachini. Justamente neste final de semana perdemos um grande radialista e esportista.

Temos certeza de que Rubens Fachini permanece no esporte de Santa Catarina, assim como também permanece o radialista e narrador esportivo que gritava o seu gol importante na TV Bandeirantes. Ele foi mais um esportista que também nos deixou neste final de semana, e assim Santa Catarina e o Brasil, na área do esporte, perderam dois grandes esportistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Sr. deputado, esta Presidência admite o desconhecimento - e até porque eu estava neste feriado também recolhido com a minha família no interior do município de Pouso Redondo, deputada Ada De Luca, naquele tempo em que precisamos, às vezes, dar uma respirada, desligar o celular e ficar um pouco em reflexão com a família e com o próprio espírito - do trágico desaparecimento do grande desportista Rubens Fachini.

Eu agradeço, em nome deste Poder, a v.exa. por trazer essa informação e prestar essa homenagem.

Com a permissão de v.exa. e com a aquiescência de todos os deputados, transformo essa sua homenagem numa homenagem do Poder Legislativo catarinense à família do grande desportista Rubens Fachini.

Deputada Ada Faraco De Luca, deputado Moacir Sopelsa e deputado Ismael dos Santos, eu não tive o privilégio de conhecer Arthur Schlösser, mas graças à nossa Rádio Alesc Digital e à nossa equipe de comunicação, eu tive a oportunidade de conhecer Rubens Fachini, um dos grandes desportistas deste estado, um homem apaixonado pelo esporte. Ele, em que pese a sua alta idade, continuava apaixonado, portanto, de espírito jovem, dedicado, defensor e amante do desporto.

Eu quero, deputado Antônio Aguiar, com a permissão de v.exa., transformar essa sua homenagem na homenagem do Parlamento Catarinense a um dos maiores desportistas dos tempos atuais, o nosso já saudoso Rubens Fachini, que desapareceu tragicamente na famigerada BR-470, que neste final de semana, mais uma vez, fez mais uma vítima. E os meus familiares do alto vale relataram-me que chegaram a levar quase dez horas para se deslocar de Florianópolis até a cidade de Pouso Redondo. É inadmissível isso! Está impossível andar na BR-470! E fico muito triste em saber que aquela rodovia tolheu a vida desse grande esportista Rubens Fachini.

Desejamos a todos os familiares, em nome dos 40 deputados que compõem esta Casa, os nossos profundos sentimentos pela passagem desse grande desportista.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, faço das suas palavras também as minhas palavras, em função dessa perda irreparável para o esporte catarinense.

Mas quero parabenizar o nobre deputado pelo seu projeto da terceira idade, porque é uma dádiva

e um presente de Deus, hoje, com as desgraças - e agora acabamos de saber de mais uma -, as doenças e as tragédias, chegarmos a terceira idade.

Nós precisamos, sim, valorizar cada vez mais o nosso idoso, porque para lá todos nós pretendemos ir, porque quem não pretender ser idoso não chegou lá. Se não chegou lá é porque se foi.

Então, nós temos que valorizar, e não só no lazer, deputado. Também fazer como nos países europeus, onde todos aproveitam a mão de obra do idoso que quer trabalhar, e nós, aqui no Brasil, ainda consideramos que o idoso deve ficar em casa fazendo crochê e tricô.

Meus parabéns e devemos abraçar essa causa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Ada Faraco De Luca.

Com a palavra, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Joares Ponticelli, srs. deputados, sra. Deputada.

Também quero cumprimentar o deputado Antônio Aguiar pelo projeto. Mas também quero cumprimentar por trazer aqui esta justa homenagem que se faz aqui a um grande desportista que nos deixa.

Quando se fala de Jogos Abertos, deputado Joares Ponticelli, não há no Brasil, um estado que tenha tão forte presença no esporte amador. E nós temos o privilégio de ter tido pessoas como essas, que levaram adiante, e continuam levando adiante esse esporte.

Eu também quero aproveitar para cumprimentar o nosso vice-prefeito de Seara, Henrique Fabrin, que também foi nosso prefeito, e está aqui na Assembleia. Desejamos que tenha êxito nos seus pleitos e que continue defendendo o município de Seara, como sempre fez.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência registra também com muita alegria a presença do prefeito. Seja muito bem-vindo a nossa sessão plenária na tarde desta terça-feira.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Presidente, se o deputado Antônio Aguiar permitir, gostaria também de anexar ao seu discurso os nossos sentimentos à família de Rubens Fachini, mesmo porque a sua história, a biografia de Rubens, se confunde com a história dos Jogos Abertos em Santa Catarina. Era um dos seus mentores, um dos seus incentivadores, e é lamentável, bem colocado aqui, presidente, que a BR-470 tenha feito mais uma vítima.

E quero lamentar, mais do que isso, pois infelizmente as obras da BR-470 continuam em passo de tartaruga. Aliás, passo de tartaruga é um elogio, porque está praticamente parada. E nós precisamos, como Parlamento, fazer pressão pela duplicação, pelo menos desses 74km de Navegantes a Indaial.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Presidente, para concluir a minha palavra, eu estava falando do radialista Luciano do Valle, que também veio a falecer neste final de semana. Era um esportista nato, do Brasil, um locutor que fazia do esporte alguma coisa diferente. Ele criou o Rui do Chapéu, o Jogo de Sinuca, o Show do Esporte, que preenchia a nossa vida aos domingos, principalmente no interior, naquela época.

Acredito que a vibração de Luciano do Valle nenhum radialista conseguiu no Brasil. Ele realmente tocava o nosso coração com o seu entusiasmo pelo esporte. E a importante entrevista dele, em que fala que nós temos que fazer com que

a torcida jogue junto com a Seleção Brasileira, tocou-me profundamente.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados.

Estava ouvindo atentamente, realmente lamento a perda de Rubens Fachini, um grande amigo, um incentivador do esporte no estado de Santa Catarina, uma belíssima pessoa, foi uma perda para todos os catarinenses.

Mas refletindo sobre a colocação do deputado Ismael dos Santos, eu aproveito a oportunidade para convidá-lo, pois na próxima sexta-feira, dia 25 de abril, às 10h30, temos uma reunião com o novo coordenador do DNIT para cobrar agilidade na duplicação da BR-470. Também, sr. presidente e srs. deputados, cobrar do governador Raimundo Colombo o realocamento do gás, que se faz presente nas margens daquela rodovia, que se não for resolvido também não vai haver a duplicação.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Agora, sim, respeitando a ordem de inscrição, concedo a palavra ao meu sempre líder deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aqui também me associar às manifestações a respeito deste ilustre desportista Rubens Fachini, de quem fui amigo.

Ele, várias vezes, foi a São Bento do Sul, inclusive nos Jogos Abertos de 1996, oportunidade que o conheci. Era uma pessoa extraordinária, um grande desportista e um grande torcedor rubro-negro, amigo do atleta e jogador de futebol, Zico, com quem estive em várias oportunidades trocando

ideias sobre o desporto de Santa Catarina e brasileiro.

Sr. presidente, o que me traz também a esta tribuna são dois eventos. O primeiro deles, que vai acontecer na próxima quinta-feira, em São Bento do Sul, onde será lançada a pedra fundamental da implantação, deputada Ana Paula Lima, do Instituto Federal da Educação.

Quero registrar isso como reconhecimento da nossa população de São Bento do Sul, de Campo Alegre, de Rio Negrinho, do planalto norte, e fazer também aqui o reconhecimento, à época, nosso deputado estadual, hoje, deputado federal Pedro Uczai, que foi um dos deputados que atendeu à nossa solicitação.

Em nosso caso, que é uma cidade industrial, que tem um potencial muito grande na geração de mão de obra, mas que hoje depende muito da qualificação e, por conta disso, solicitamos, na ocasião, ao deputado, que interviesse junto ao governo federal, aos ministérios, aos ministros para que São Bento do Sul fosse contemplado com este Instituto Federal da Educação. Para nossa felicidade, depois do empenho de várias lideranças, repito, em especial, do deputado Pedro Uczai.

Então, na sexta-feira, acontecerá, definitivamente, o lançamento da pedra fundamental desse instituto que vai evidentemente agregar a médio e longo prazo valor da mão de obra, mas, acima de tudo, agregar conhecimento que é o que faz a diferença em todas as atividades, em especial, na atividade industrial por conta da necessidade do avanço tecnológico, das inovações que vêm acontecendo. Portanto, se não tiver mão de obra qualificada é evidente que não se pode esperar aumentar ou melhorar a produtividade.

Então, estaremos lá participando desse evento com certeza reconhecendo todas as lideranças e, acima de tudo, o governo que tomou essa decisão para que Santa Catarina e nós, do município de São Bento do Sul, fôssemos contemplados com essa escola, que vai agregar, sem dúvida, à nossa região.

Não diferente também, está se finalizando a construção do prédio pelo governo do estado de Santa Catarina, de uma escola profissionalizante no município de São Bento do Sul e que vai atender nada menos que 1200 alunos.

É também importante porque vai atender não apenas São Bento do Sul, mas o planalto norte catarinense. Sem dúvida irá contemplar o grande projeto que existe na comunidade, o parque tecnológico, que tem a participação do estado, do governo federal, da Fapesc e de outras entidades que estão alocando recursos em projetos de inovação para a nossa região.

Há também a escola profissionalizante, que está sendo finalizada e em breve será entregue, uma obra de R\$ 6 milhões, um valor significativo. Mais importante que o valor da obra física de uma escola profissionalizante é o conhecimento que traz para os jovens. Elas criam mais oportunidades de trabalho para os jovens do que os cursos de ensino superior.

Então, gostaria que o governo federal revisse suas propostas e programas educacionais. O Brasil, hoje, passa na sua economia por um momento bastante crítico. E tenho feito minhas observações, não concordando com a direção das políticas macroeconômicas que o governo tem implantado. Mas ainda a tempo de rever muita coisa.

Não é segredo para ninguém que a educação tem feito a diferença em vários países do planeta, a exemplo da Coréia do Sul, da Índia e outros. O Brasil precisa rever a política de investimentos na educação, na criança, no jovem, no professor, na estrutura, no aperfeiçoamento e tal. Mas o Brasil investe mais dinheiro, hoje, no ensino superior do que no ensino médio e fundamental. É indispensável que o governo brasileiro reveja essa política.

Primeiramente, precisamos dar oportunidade à qualificação do ensino fundamental e médio. É bem verdade que houve muito acesso ao ensino fundamental e médio, mas é preciso fazer com que haja mais qualidade tanto no ensino técnico quanto

no superior. Hoje, infelizmente, o ensino superior tem levado mais recursos do que o próprio ensino básico. É necessário que os recursos sejam bem aplicados.

Ao mesmo tempo, que para nossa região vai ser um grande ganho a médio e a longo prazo esses investimentos, tanto no Instituto Federal de Educação quanto na escola profissionalizante, que em breve a comunidade São Bento do Sul vai receber do governo do estado e futuramente também do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, gostaria de saudar o delegado Ricardo Thomé e Mauro Dutra, da Associação dos Delegados de Polícia, que estão aqui na Casa. É uma satisfação recebê-los!

E recebo das mãos dos delegados um pedido para que a Deic - Diretoria Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil -, onde também fica a delegacia Antissequestro, receba uma lei, denominando-a, Renato José Hendges. Entendo que é uma homenagem merecida, já era o nosso propósito encaminhar um projeto de lei denominando a Deic ou a Acadepol, uma homenagem a ele. A Deic é onde o delegado Renato passou a sua vida, fez grande parte da sua carreira, notabilizou-se pela solução de todos os casos de sequestro nos últimos 20 anos. O delegado Renato teve missões e para mim ele foi um cumpridor dessas missões. Ele, na área da Segurança Pública conseguiu resolver, solucionar com êxito todas as missões que lhe foram atribuídas e também como presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina teve uma luta muito grande pela carreira jurídica e pela implantação do subsídio para os delegados.

Então, essa homenagem é justa, parece que Deus reservou ao Renatão cumprir essas missões, porque

ele lutou muito, conseguiu esses objetivos e parecia que estava até tranquilo de saúde, mas após uma semana da conquista desses objetivos veio a falecer decorrente de um câncer. Perdemos o grande amigo, Renato José Hendges.

Então, esse projeto de lei visa denominar a Deic de Renato José Hendges, pela sua história, pela sua caminhada, é uma homenagem justa, uma proposição da Associação dos Delegados de Polícia de todos os policiais e da Assembleia.

O delegado Renato recebeu todas as honrarias que poderia receber em vida, como as homenagens da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e de todos os Poderes.

Registro, também, a presença do meu amigo e jornalista, Fernando Damásio, a quem quero saudar com respeito e admiração.

Hoje aqui foi falado do Luciano do Valle, do Rubens Fachini, e apenas espero que não exista nenhuma solenidade política para a duplicação da BR-470, que autorizem a obra e comecem logo, porque ali o Rubens Fachini perdeu a vida numa ultrapassagem, pelo que vi, forçada por outro motorista, e ele virou vítima da imprudência! Mas, a referida estrada já ceifou tantas vidas e Santa Catarina continua com atos para assinar. E a presidente que não venha aqui a não ser para assinar essa obra, porque já há máquinas trabalhando, mas a enrolação em relação à BR-470 ainda é grande.

A referida BR ainda nem começou e já estavam discutindo a ferrovia que cortaria o estado de Santa Catarina. É disso que o povo está cansado, e está demonstrando isso, pois agora parece que a desculpa é porque tem a canalização de gás. Vamos parar de brincadeira. A canalização de gás sempre teve, não colocaram agora ali na BR-470, se tem que tirar, que tirem; se tem que adaptar, que adaptem, mas, fazer mais atos? Não vamos reunir políticos, o povo já cansou e não vai lá para ver ato de duplicação da BR-470, pois pelo tempo dos atos realizados já dava para ter feito uns bons quilômetros da rodovia.

O povo está cansado e quero homenagear, com preocupação e de forma respeitosa, a população dos Ingleses, porque quando não se tem uma solução da Justiça, quando se está cansado de esperar, quando se vê pessoas querendo endear outras que não querem trabalhar - porque o Brasil está trazendo haitianos, cubanos e de tudo para trabalhar aqui - como os participantes da Ocupação Amarildo, que dizem querer terra para trabalhar.

O Brasil está buscando trabalhadores para a construção civil, para tudo que é atividade em outros países e aí vêm os participantes da Ocupação Amarildo e querem invadir para criar fato político? Verdadeiros guerrilheiros, terroristas treinados para procurar, provocar fato político, ocupar, criar problema na mídia, discutir, dizer que não tem emprego e que passam dificuldades, o que não é verdade. E depois desocupar e demonstrar um desrespeito total com a população de Santa Catarina, de Florianópolis, com a Justiça, porque eles não querem ir para outro local onde não haja mídia. Não querem ir para Palhoça, não querem ir para um assentamento, eles querem ficar onde provoquem clamor social. Os jornais mostraram o líder do movimento ligando para o comandante-geral pedindo socorro. Ele não poderia nem estar lá!

Todos os jornais mostraram essas notícias. É uma vergonha. Isso é politicagem! É um desrespeito. Por que quem é que os tirou lá dos Ingleses?

Foi o trabalhador que levanta às 5h para trabalhar, para sustentar a sua família, para ganhar um pouco mais do que o salário mínimo, para sustentar seu filho, para comprar um terreninho em mil prestações, para passar toda a dificuldade do mundo. Levanta de manhã muitas vezes sem tomar café da manhã para ir trabalhar e daí vem um sem-vergonha, agitador, guerrilheiro, fazendo politicagem, criando constrangimento para a população, para o governo. O único objetivo desses manifestantes é político, porque lugar para trabalhar tem, e não precisaríamos buscar haitianos, cubanos, etc.

Então, é guerrilheiro sem-vergonha, safado que vem aqui. E a população de Florianópolis deu uma demonstração de respeito pela sua propriedade, de respeito pelo ser humano trabalhador.

Então, sr. presidente, a população catarinense demonstra que também está cansada e que não vai aceitar atos de vandalismo, que apenas procuram fazer politicagem, como não aceitou que maconheiros quisessem adonar-se da Universidade Federal de Santa Catarina....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Ocupo, srs. deputados, o horário destinado ao Partido dos Trabalhadores para abordar um assunto de maior importância para os catarinenses, que é o tão propalado, divulgado, publicado e propagandeado Pacto por Santa Catarina.

Já há muito tempo o governo do estado de Santa Catarina vem em todas as cidades do estado falando do Pacto por Santa Catarina na área da Segurança, na área da Saúde, na área da Educação e Infraestrutura. E nós da bancada do Partido dos Trabalhadores a todo o momento temos cobrado do governador Raimundo Colombo e da sua equipe de governo agilidade nessas obras, ou seja, mais ação e menos propaganda.

O Pacto por Santa Catarina é um programa que possui um orçamento de R\$10 bilhões oriundos do governo federal que foram viabilizados pela nossa presidente Dilma Rousseff, que são recursos que possuem várias procedências. E esta Casa foi célere em dar aprovação a esses projetos de todos

os partidos, que compõem esta Assembleia Legislativa.

Nós analisamos em tempo recorde todos os projetos vindos de origem do governo do estado para o Pacto de Santa Catarina.

Então, esses recursos vêm através de financiamentos com o Banco do Brasil, BNDES, BID e também recursos federais a fundo perdido que serão investidos em obras estratégicas em nosso estado, como é o caso dos projetos relacionados ao programa de prevenção de enchentes e de tragédias climáticas no vale do Itajaí, onde se faz necessário obras emergenciais para conter esse problema que vivemos há muito tempo.

Também estão no pacto recursos do Fundam, que são recursos que serão investidos em ações em vários municípios catarinenses, administradas pelos prefeitos municipais. E a maioria dos nossos prefeitos optou por obras de infraestrutura que são obras de pavimentação e aquisição de equipamentos, maquinários e investimentos na saúde pública conforme a demanda de cada município.”

Quero salientar que muitos prefeitos também têm recorrido aos deputados estaduais, porque esses recursos estão tendo dificuldade de liberação no BRDE, e por isso, nós estamos pedindo apoio da equipe do governo do estado para auxiliar esses municípios quando há essa dificuldade na liberação desses recursos.

(Continua lendo)

“O que tem nos incomodado nos últimos meses, sras. deputadas, srs. deputados e público catarinense, é a incapacidade do governo do estado em tirar do papel esse conjunto de obras propagandeada durante muito tempo em nosso estado.

Na semana passada, um jornal de circulação estadual, que é o jornal *Diário Catarinense*, registrou um balanço do Pacto por Santa Catarina e trouxe algumas informações, que nós deputados já tínhamos conhecimento e que a todo momento vínhamos a esta tribuna para cobrar ações mais rápidas do governo estadual. E a população tem que tomar conhecimento do que está acontecendo em nosso estado. São informações relevantes que já

foram em muitos momentos debatidas por nós neste Plenário.

Diz a matéria que em cinco áreas do programa feito para alavancar o governo, 67,3% das medidas estão fora do prazo previsto inicialmente, mais da metade das obras estão fora do prazo.

A maior parte do Pacto por Santa Catarina, ainda não saiu do papel, muita propaganda e as obras não tiveram o seu início. O conjunto de medidas que começou a ser operacionalizado entre fevereiro e março de 2013, quando a primeira leva de recursos federais chegou aos cofres do estado, está em andamento, mas algumas ações previstas para começar no início deste ano sequer foram ainda licitadas, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares.

De 404 ações em cinco áreas, 272 estão atrasadas, ou seja, 67,3% do total. Outras 80 obras estão em dia, e 13 dessas obras já foram concluídas, 39 ações não têm informações atualizadas dessas obras do Pacto por Santa Catarina.

As obras são dos pactos da educação, da infraestrutura, da justiça e cidadania, da saúde e segurança pública.

O andamento desses investimentos srs. parlamentares, em prevenção de cheias, seca e proteção social, não consta no relatório encaminhado pelo governo do estado de Santa Catarina, são obras prioritárias a nosso ver, já que o dinheiro está nos cofres do estado. Mas temos as informações de que os mesmos também estão profundamente atrasados quanto a projetos.

Mais uma vez as áreas mais penalizadas com os atrasos são da saúde e da educação. Na educação somente 11 obras de construções e reformas de escolas estão em andamento, e 186 obras deputada Luciane Carminatti, estão atrasadas na área de educação.

O mesmo acontece com o projeto da construção de policlínicas, está previsto para o nosso estado a construção de dez policlínicas, mas apenas uma obra está em andamento, das dez obras destinadas ao estado de Santa Catarina.

Segundo, ainda, a matéria, os relatórios da secretaria de Planejamento, responsável por gerenciar a evolução do pacto, os prazos de licitação para as obras em atraso foram prorrogados para os próximos meses. Isto significa que este ano não será realizada nenhuma obra do Pacto por Santa Catarina em nosso estado, srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense.

Além da burocracia o principal obstáculo é a elaboração de projetos. Infelizmente, a política de sucateamento dos serviços públicos esvaziou os departamentos de engenharia da maioria das secretarias de estado em Santa Catarina.

Hoje, o governo do estado e a população de Santa Catarina sofrem com os problemas relacionados às suas equipes técnicas, faltam engenheiros, faltam arquitetos, faltam técnicos para avaliar esses projetos e dar início a essas obras tão propagandeadas em nosso estado.

A área com maior número de obras em dia é a da infraestrutura. Dez estão concluídas, quatro estão previstas no programa original, seis foram incluídas no programa depois e 37 estão dentro do cronograma. Depois vem a área da educação, com 39 obras em atraso. Cito como exemplo, na área de infraestrutura, na minha cidade, na cidade de Blumenau, o prolongamento da via expressa SC-108, novo trecho da SC-108, com extensão de 15km.

Verificamos vários problemas de toda a ordem. A comunidade local reclama que não teve acesso ao projeto e ao traçado da rodovia. Houve uma grande audiência pública na cidade de Blumenau e a população daquele município não quer esse projeto que o governo elencou, pois há problemas de traçado naquela rodovia. Há um desencontro de informações. O secretário de Desenvolvimento Regional diz uma coisa, o secretário na época de Infraestrutura dizia outra coisa e o governador falava algo para os empresários. Então, ninguém tem informações concretas do prolongamento da via expressa na cidade de Blumenau."

Os recursos orçamentários foram retirados do Orçamento que aprovamos nesta Casa este ano para o prolongamento da via expressa e para outra rodovia

também importante para o estado de Santa Catarina, mas a origem desse orçamento seria para o prolongamento dessa via expressa de Blumenau, ou seja, a SC-108.

Isso se repete com a obra do Morro do Serafim, que faz a ligação entre os municípios de Gaspar e Luiz Alves. Várias vezes disseram que iriam abrir o processo de licitação e até o momento não aconteceu, infelizmente.

(Continua lendo)

"Mas o governo de Santa Catarina precisa reconhecer as suas incapacidades, especialmente ter uma política de valorização dos seus servidores e recompor as suas equipes técnicas das secretarias de estado, para que essas obras saiam do papel e contemplem o anseio da nossa população, porque o primeiro problema seriam os recursos, e esses já estão disponíveis para o governo do estado de Santa Catarina, que são da ordem de R\$ 10 bilhões."

Nós fizemos o nosso dever de casa, srs. parlamentares. Aprovamos muito rapidamente os projetos aportados na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, oportunizando ações mais rápidas ao governo do estado, mas devido à sua incompetência, à sua incapacidade de gastar esse dinheiro que já está à disposição para fazer as obras necessárias ao nosso estado, isso está muito além de se concretizar. E este ano, povo catarinense, não vai acontecer nenhuma obra, infelizmente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer uma referência especial à presença do vereador Afrânio Boppré, do PSOL, neste plenário, uma grande liderança deste estado que nos acompanha nesta sessão de hoje.

Mas não podia deixar de falar, no primeiro dia legislativo desta semana, sobre a prisão do soldado Prisco, da Bahia, que nós pudemos ver estupefatos pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, na noite da última Sexta-Feira Santa, deputado Padre Pedro Baldissera. Ele tem esposa e filho e foi preso na Bahia numa mega operação da Polícia Federal por determinação, evidentemente, da Justiça Federal, e transferido, trazido para o presídio da Papuda, em Brasília.

O soldado Prisco é uma liderança legítima dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do estado da Bahia, é um líder, sim, dos movimentos de paralisação dos servidores militares estaduais havido naquele estado desde 2001. Aliás, foi excluído da Polícia Militar da Bahia em virtude de uma paralisação em 2001, quando Jaques Wagner, atual governador, era seu companheiro de partido. E nunca foi reintegrado aos quadros da Polícia Militar, embora com decisão do Tribunal da Justiça da Bahia pela anistia do soldado Prisco. Deram um jeito de não cumprir a determinação judicial de reintegrar o soldado Prisco aos quadros da Polícia Militar, ou seja, a Justiça não funcionou em favor do soldado Prisco.

Gostaria de dizer que, embora a decisão da Justiça, o governo federal não está isento de responsabilidade com o seu ministro da Justiça. O ministro da Justiça é do Partido dos Trabalhadores, o governador do Bahia é do Partido dos Trabalhadores, a presidenta da República é do Partido dos Trabalhadores. De tantas promessas passadas de reformulação das estruturas arcaicas da segurança pública no Brasil, engoliram todas as propostas de reformulação da segurança pública no Brasil. Na primeira Conferência Nacional de Segurança Pública havia em 2009, todas as suas

diretrizes e resoluções foram esquecidas, engavetadas, usando e fazendo uso dos mesmos regulamentos e códigos para impedir que os trabalhadores militares, os bombeiros e policiais que exercem uma função eminentemente civil, que é lidar no cotidiano com a sociedade, com os seus problemas, com as suas mazelas, com suas dificuldades, não é uma função militar.

As promessas da década de 80 foram esquecidas e o atual ministro da Justiça tem usado, com as suas estruturas de poder, dos mesmos instrumentos para continuar criminalizando os praças ou os militares estaduais em geral, porque não é somente praças, há oficiais também em muitas circunstâncias.

A prisão do Prisco é um ato arbitrário! Ele é uma liderança legítima, não é um criminoso, e essa questão precisa ser tratada com debate e, inclusive, com a mudança da legislação, porque é impossível que mais de um milhão de trabalhadores fardados que fazem a segurança pública neste país, ou tentam fazê-la, sejam impedidos de dizer que o salário está ruim, que a carreira precisa ser mudada e que a sua família também precisa de dignidade.

Tratar como mega operação de polícia como se fosse um dos maiores traficantes, ou melhor, nem os maiores traficantes do Brasil são tratados da forma como estão tratando o soldado Prisco, da Bahia!

É inadmissível que permaneçamos em silêncio e que as autoridades que efetivamente querem Justiça social e paz social não pensem na necessidade de reformular a legislação, não pensem na necessidade de fazer uma política efetiva de segurança pública, não pensem na possibilidade de que o trabalhador fardado também é trabalhador e tem uma família e uma carreira de 30 anos! Não é um menino que fica oito meses no Exército! É um pai e um avô de família que precisa ter a dignidade que todo trabalhador precisa e merece!

O nosso repúdio ao governo federal e estadual da Bahia pela prisão do soldado Prisco!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, numa troca combinada e acordada entre o PP e o PSDB, o deputado Serafim Venzon falará em nome do PSDB por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, saudar, aqueles que estão nas galerias desta Casa, em nome da professora Selma de Souza, de Brusque, e também da professora Clarisse Rosa, que trazem aqui inúmeras reivindicações pela melhoria do setor educacional de Brusque.

Também quero cumprimentar o vereador Moacir Girardi, de Brusque, e o esportista entusiasta Maurício Tomas, que traz a esta Casa, trouxe para a secretaria Estadual da Assistência Social, um projeto de lei para a utilização dos recursos do FIA estadual num programa de atendimento a jovens, adolescentes, na área esportiva.

E justamente por conta disso, sr. presidente, eu quero, de antemão, agradecer ao presidente Joares Ponticelli, que prontamente liberou a Escola do Legislativo, juntamente com o deputado Gelson Merisio, para que fizéssemos, para que a Assembleia fizesse, no estado de Santa Catarina, um curso de capacitação para que as entidades do estado, na área do esporte, do lazer, da cultura, que queiram fazer projetos para utilizarem os recursos do Fundo da Infância e do Adolescente, que são muitos. São 6% do imposto devido de todos os catarinenses, mais 1% do imposto devido das empresas catarinenses, que somados, seguramente ultrapassariam os R\$ 80 ou R\$ 90 milhões.

O grande problema é que as entidades, por desconhecerem a lei, e os Conselhos Municipais, e também o Conselho Estadual do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, por desconhecerem algumas leis reformadas, algumas normas mais novas, poderiam utilizar a forma chancelada, os projetos chancelados, se criou uma cultura de que

não se poderia apresentar projeto sem ter já o recurso depositado no FIA.

Ou seja, atualmente o entendimento que se tem dos Conselhos Municipais e também no Conselho Estadual é que o projeto que é apresentado tem que ter o recurso já depositado no fundo. Ocorre que nos outros fundos, por exemplo, no Fundo da Cultura, no Fundo Do Esporte, o recurso não precisa estar depositado. O recurso está previsto.

A entidade apresenta um projeto que vai fazer um filme sobre o Contestado, por exemplo, e busca recursos, depois de aprovado o projeto, junto à empresa que quer apoiar aquele projeto. E assim se pode fazer também na área da criança e adolescente,

Mas esse entendimento ainda não chegou, pelo menos. Claro que isso é possível, ainda se tem o entendimento de que seria crime o Conselho Municipal de Itajaí, por exemplo, autorizar um projeto de lei na área de criança e do adolescente, do FIA, cujo recurso já não está lá depositado.

Pela lei, pela última normativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, já é permitido isso. Alguns juízes, alguns promotores, ainda têm o velho entendimento.

Por isso que a Escola do Legislativo, apoiada por esta Casa, como disse o deputado Gelson Merisio como presidente, vai fazer alguns cursos, a começar no mês de maio, no dia 14, na regional de Brusque, onde vão atender Brusque e toda regional de Blumenau e Itajaí também.

No dia 16 de maio o curso será em Joinville para atender aos municípios planalto norte. Dia 25 de maio, estaremos em Canoinhas e dia 26 de maio em Joaçaba.

Aqui devo fazer um agradecimento muito especial ao prefeito de Lages, Elizeu Mattos, que foi nosso companheiro até a última eleição municipal. Esse município tem o maior número de projetos apresentados e cancelados.

Além disso, temos em Lages o gestor municipal Lúcio Marcelo Varela, do FIA, convidado pela Escola do Legislativo para ministrar essas aulas

em oito, dez, 12 cidades de Santa Catarina com a intenção de chamar essas cidades polos, cidades referências, entidades esportivas, religiosas, beneficentes e aqueles que podem ajudar na apresentação de projetos na área da criança e do adolescente.

Como já disse, há recurso, mas atualmente não existe o costume das pessoas depositarem o percentual do Imposto de Renda que a lei permite nem por parte da empresa. Não se criou esse hábito justamente por não existir projetos importantes que possam ser mostrados à sociedade para estimular, e a maior propaganda do FIA seria o próprio FIA, mas alguém tem que começar.

A intenção nossa, inclusive, minha, como presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, apoiado por esta Casa, foi fazer esse curso de capacitação justamente para chamar a sociedade e, de forma especial, às entidades que têm necessidades, como citei o professor Maurício Tomás, de Brusque, que apresentou há dois anos um projeto no FIA estadual, mas o FIA estadual naquele velho e arcaico entendimento de que tem que ter o recurso antes de apresentar, também sequer analisou o projeto de lei.

Eu acredito que esses projetos, se forem apresentados nos municípios, terão maior agilidade.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, desejo neste espaço da minha bancada falar sobre dois assuntos. Primeiramente, a

respeito da decisão, no meu entendimento, intempestiva, do governo federal, deputado Maurício Eskudlark, que autorizou de banana do Equador após duas audiências para tratar deste assunto que fizemos com o ministro da Agricultura, com o embaixador, senadores, deputados federais e autoridades em Brasília, sob o pretexto, deputado Moacir Sopelsa, de equilíbrio da balança comercial, que não é verídico, porque equilibrar a balança comercial do Brasil com a banana é um absurdo. O governo federal autorizou, deputado Padre Pedro Baldissera, a importação da banana do Equador para o Brasil que vai ser uma catástrofe, em primeiro lugar, econômica, porque vamos ter problemas com o preço da banana, que já é muito baixo, e agora com a entrada da mercadoria do Equador, certamente, os produtores do sul e do norte do estado serão prejudicados. Em Corupá, por exemplo, se não houvesse a produção da banana, a economia do município estaria fadada ao fracasso.

Portanto, no dia 8 de maio, vamos fazer uma audiência em Guaramirim, certamente com a presença de quase mil produtores e de todos os prefeitos da região para tentarmos argumentar ou esfernejar, porque a decisão já foi tomada. É uma decisão irresponsável, intempestiva e contra a agricultura familiar.

Tenho elogiado o governo federal, mas o governo que se diz defensor da agricultura familiar, neste momento, dá um golpe fatal nos pequenos agricultores de Santa Catarina. Essa foi uma decisão que precisa ser repudiada veementemente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero pegar uma carona no seu pronunciamento, deputado, isso não é de hoje. Não temos uma política agrícola para proteger a produção brasileira. Não se trata de protecionismo, mas é importante uma política que resguarde a produção brasileira com relação à importação.

Entendo que se deve importar para dar equilíbrio à balança quando falta algum produto, quando os preços disparam, mas não ouvimos nenhuma notícia de que falta banana no país.

Cumprimento v.exa. pelo tema e acho que nessa audiência pública devemos discutir, não apenas sobre a importação da banana, mas de outros produtos também.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado!

Sr. presidente, quero também abordar outro assunto que diz respeito à Resolução n. 44/2013, relativa ao Conselho Nacional de Trânsito - Contran -, que está tentando legislar sobre o fato de as autoescolas terem que ministrar cinco aulas de 30 minutos em simuladores de direção veicular.

Parece-me que um simulador custa uns R\$ 40 mil e não há comprovação científica de que o uso do simulador vai reduzir o número de acidentes, conforme os técnicos do Contran têm dito no Brasil. E também tem o custo adicional da contratação de um técnico para operá-lo. Isso onera sobremaneira a autoescola, que vai repassar o custo para o cidadão catarinense quando ele for tirar sua carteira de motorista.

E tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo n. 1263/2013, que susta a aplicação dessa Resolução, mas a comissão de Constituição e Justiça já se reuniu e rejeitou, através do PL n. 4449/2012.

Se a comissão de Constituição e Justiça deliberou nesse sentido, quais são as prerrogativas do Conselho Nacional de Trânsito? O poder do Contran está acima de uma comissão que é formada por parlamentares, que representa legitimamente o povo brasileiro, a nossa comunidade. Isso é absurdo!

Está marcada a realização de uma audiência pública, dia 23 de abril, amanhã, para discutir o uso desses simuladores no Brasil. É um absurdo!

As autoescolas não estão utilizando, elas não têm condições de adquirir e se adquirirem vão ter que passar esses custos para o cidadão catarinense, para o povo brasileiro. Isso é um

absurdo! Portanto, faço o alerta de que já apresentei uma indicação e esta Casa se manifestou contrária a essa decisão. Sinceramente, nunca sabemos de tudo, mas as más línguas dizem que essa é uma decisão de caça-níquel de algumas pessoas, de um segmento muito bem articulado, muito bem amparado nas esferas públicas do Brasil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, muito bem abordado o tema. Gostaria que fosse um caça-níquel, mas isso é uma jogada, um *lobby*, bilionário em nível de Brasil para tirar dinheiro da população, para tirar dinheiro do aluno, do jovem, de quem vai fazer a carteira de motorista. Trata-se de um equipamento caro e eles alegam que a autoescola tem que pagar mensalmente a manutenção do *software* em torno de R\$ 2 mil envolvendo todas as autoescolas do país. E o que eles dizem para convencê-los: "A autoescola ainda vai ter lucro, porque vai cobrar R\$ 58,00 pela hora/aula, vai pagar R\$ 32,00 e ainda vai sobrar uma parte." Isso é um crime contra a população brasileira, contra quem quer tirar a carteira de motorista!

Já falaram que existem apenas três ou quatro empresas que produzem esse equipamento. Quando tivemos nos Estados Unidos com o governador fizemos um teste no simulador e vimos que se trata de um vídeo game, não é nem um pouco parecido com dirigir de verdade. Tanto que uma emissora de TV levou um campeão de vídeo game e um campeão de automobilismo para fazer um teste com o simulador. E o campeão de vídeo game deu um *show* no campeão de automobilismo, porque é uma brincadeira, é um equipamento para brincar. Usar um simulador para um submarino, para um avião, em que tem que apertar um botão é uma coisa, agora, usar um simulador para ensinar dirigir no trânsito, é outra coisa, porque exige agilidade, golpe de vista, etc.

Então, a gente ouve muitas histórias, como, por exemplo, que a Friboi é do Lulinha, que o

projeto do simulador é do Lulinha, mas eu não sei de nada, a não ser que, com certeza, trata-se de um golpe bilionário em nível do Brasil para tirar dinheiro do povo. Ainda bem que o ex-diretor do Detran, deputado federal do Paraná, e comissão de Constituição e Justiça estão batendo contra. É um absurdo, um crime contra a economia do país, contra a população, implantar ou exigir o simulador nas autoescolas. Não vai diminuir acidentes de trânsito, não vai trazer benefício nenhum para o trânsito, para a redução dos crimes e acidentes de trânsito, somente vai enriquecer, não é caça-níquel, é um golpe bilionário.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Quero parabenizar o dr. Murilo dos Santos, que preside o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina - o Sindemosc - pois temos aqui 400 autoescolas no estado bem organizadas que prestam serviço de excelência e qualidade, formando nossos condutores e não há necessidade desse simulador.

V.Exa. tem razão, isso é uma decisão de mau gosto e que pesará com certeza mais uma vez no bolso do contribuinte catarinense e brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero nesta tarde fazer referência a duas importantes inaugurações de rodovias que aconteceram no mês passado e que foram construídas na região do extremo oeste de Santa Catarina. A primeira delas é a rodovia que liga São José do Laranjal, comunidade do interior do município de

Iraceminha, à BR-282, uma importante rodovia, em que temos naquela comunidade e nas que avizinham o cultivo da uva, a industrialização de vinho e sucos. Também, é referência no plantio e comercialização de ameixas, pêssegos e tem uma festa tradicional que acontece basicamente todos os anos, referenciando essa potencialidade que oportuniza a inúmeras famílias de agricultores a manutenção de um sonho e a expectativa nos pequenos municípios de Santa Catarina.

E v.exa., deputado Valdir Colbachini, teve essa felicidade de ser a pessoa encarregada de dar autorização para o início dessas obras, o privilégio e a satisfação de estar juntamente com o nosso governador, Raimundo Colombo, fazendo a inauguração daquela obra que há tempo era esperada por nossa comunidade.

Também tivemos naqueles dias a felicidade de inaugurarmos outra importante rodovia estadual, a que liga o município de União do Oeste até o município de Águas Frias. Assim, temos a ligação da BR-282 que entra no município de Nova Erechim, passa por Águas Frias, vai de União do Oeste até Jardinópolis, Irati, Formosa do Sul e, daí para frente, sai no estado do Paraná. Todo esse trajeto ligado através de acesso asfaltado, obra também capitaneada por v.exa. e endossada com o aval do nosso governador do estado e do vice, Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Mas, antes de entrar nas comemorações dessas duas importantes obras, ouço com muita atenção, o seu aparte.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que na semana passada teria feito, no meu horário, mas infelizmente, a sessão foi suspensa. Porém, são em obras como essas, de São José do Laranjal, Águas Frias, União do Oeste, que sentimos a transformação dessas pequenas comunidades e municípios com a chegada do asfalto, que é sinônimo de desenvolvimento.

Muitos dos pequenos municípios da nossa região oeste de Santa Catarina estavam fadados à desaparecerem do mapa do estado. Cinquenta e quatro deles não tinham sequer um acesso pavimentado. Temos um exemplo no vizinho estado do Rio Grande do Sul de 108 municípios que ainda não tem o acesso. Por conta disso, Santa Catarina tem se desenvolvido muito, especialmente na agricultura familiar, na agroindústria, e o seu modelo tem melhorado muito a condição do nosso agricultor, sem dúvida alguma, pois as obras facilitam a vida, o dia a dia do nosso agricultor e dá uma perspectiva de que a juventude possa permanecer morando nas propriedades.

Então, na condição de secretário de Infraestrutura, à época, fiquei particularmente comovido com a reação das pessoas.

Aliás, o deputado Dirceu Dresch esteve conosco em Águas Frias, no oeste, no momento da inauguração, e pode ver no semblante de cada um a alegria. O oeste de Santa Catarina realmente passou por uma grande transformação depois da inauguração dessas duas obras que v.exa. citou, fruto, também, quero aqui reconhecer, do trabalho do parlamentar Mauro de Nadal e de outros parlamentares da região oeste que souberam reivindicar essas melhorias.

Não há como uma obra daquela cair do céu sem que haja uma mobilização da comunidade. E naquelas comunidades houve essa mobilização. E é claro que teve que ter participação decisiva do governo, e houve, mostrando o acerto dessas duas obras, assim como tantas outras espalhadas pelo nosso estado.

Parabéns.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e agradeço v.exa., deputado Valdir Cobalchini, por sua participação.

Na antiguidade o patriarca quando tinha algo a comemorar na família ele pedia para um dos seus filhos escolher o melhor cordeiro. Lá no interior do município de Iraceminha dois bois foram carneados e foi feita uma grande festa para homenagear e para parabenizar o nosso governador e todas as autoridades que estavam lá. Mas a que

mais sensibilizou a todos foi a comemoração na cidade de União do Oeste, pois também tivemos a autorização para a duplicação da ponte entre Águas Frias e Nova Erechim, porque a ponte apenas está transitável numa única pista. E para comemorar tudo isso a própria comunidade, através de dois poetas, escreveu uma poesia. E no encaminhamento dessa poesia havia o pedido para que levássemos ao conhecimento de todos os catarinenses a satisfação de todos os municípios daquela região.

Por isso vou ler a referida poesia. Não tenho muito dom para contos e declamações, mas vou tentar ser bem objetivo na consideração e, acima de tudo, buscar a essência daquele que a escreveu.

(Passa a ler.)

"A Poesia do Asfalto

Esta obra que está sendo inaugurada tem uma história que precisa ser contada, para que o povo fique sabendo, é preciso que eu explique.

Ela teve a participação de Pinho Moreira, Pavan e Colombo, mas o primeiro foi Luiz Henrique.

O primeiro trecho foi de Nova Erechim a Águas Frias, para homenageá-los eu então fiz esta poesia.

`O asfalto está pronto
O progresso vem aí
O povo contente
Todo mundo a sorrir.
O povo do Rio Grande
Agora passa por aqui
União do Oeste fica logo aí...
Jardinópolis e também Irati.
Formosa do Sul e São Lourenço
É só prosseguir...
Também Novo Horizonte que quase esqueci,
Paraná e Mato Grosso também dá para ir.
Para agradecê-los esta poesia escrevi
E hoje feliz estou eu aqui,
Em nome do povo que aqui se encontra
Agradecer esta obra que está pronta
Com muita emoção
Em nome do povo desta região
Quero agradecer de todo o coração
Esta grande obra que beneficia esta população.

Depois que falei tudo o que queria,
Vou dizer quem é o autor desta poesia,
Hermes Gavioli, morador de Águas Frias
Com a participação da professora Vania,
Eu ditava e ela escrevia".[sic]

Agora v.exas. veem o tamanho da satisfação e alegria dessas pessoas que se deram ao luxo de fazer uma poesia em homenagem a uma rodovia que há muitos e muitos anos era esperada pela comunidade.

Mas também quero ao encerrar a minha fala, sr. presidente, externar a minha indignação e ao mesmo tempo fazer uma reflexão própria do nosso comportamento, como cidadãos, e aí vou citar aquela barbárie que aconteceu no Rio Grande do Sul, que foi notícia na semana que passou, envolvendo a morte do menino Bernardo, do município de Três Passos.

Foi uma morte que estava sendo anunciada, e fico questionando se temos a sensibilidade e a percepção de entender como um fato dessa natureza vem ao nosso encontro pelos mais variados sinais e não se percebe que o crime, que o fato está prestes a acontecer.

A babá da criança sabia das dificuldades que a criança enfrentava em casa, as professoras sabiam o que essa criança estava passando, porque pelas expressões dos desenhos, dos relatos, era notório que algo não estava correto. O Conselho Tutelar sabia tudo que estava acontecendo, o juiz de direito também sabia, a criança chegou a sentar no colo da promotora de Justiça para relatar que não queria mais voltar para casa. E a delegada de Polícia também sabia! E tudo transcorreu como se nada estivesse acontecendo na vida daquela criança, ao ponto de a criança procurar o Fórum para dizer que não queria ficar mais em casa, e nenhuma providência foi tomada.

Onde está a sensibilidade das pessoas - principalmente daquelas que estão recebendo salário para terem essa sensibilidade - para proteger esses incapazes e que num momento como esse não fazem nada!? É claro que com isso não estamos eximindo a culpa da madrasta, que é uma psicopata, nem do pai. Nem vamos comentar nada,

porque é um pai desnaturado e todas as nossas palavras não conseguiram desqualificá-lo.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Deputado Mauro de Nadal, um caso assim toca fundo para quem é mãe e avó. Nesta Casa somamos quatro mulheres e o nosso sentimento é de inconformismo, de revolta contra esses, literalmente, bandidos, criminosos. E onde estão o Conselho Tutelar e os direitos da criança, que em muitas ocasiões fazem tanto 'bafafá'? É uma coisa muito revoltante e temos vários Bernardos por este Brasil afora, infelizmente, acho que as crianças têm que ser mais ouvidas, principalmente nessa hora em que v.exa. falou, quando a criança procura autoridades, vizinhos e ninguém valoriza o que a criança diz. É um crime bárbaro!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Infelizmente, essa notícia acabou entrando em nossos lares gerando uma inquietação tremenda em todas as famílias, mas vale a conscientização, temos que repensar na vida, nos nossos princípios de cidadão e entender um pouquinho mais o próximo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está Presidência convoca os srs. deputados que se encontram nos gabinetes para que compareçam ao Plenário, uma vez que temos dois projetos de lei complementar para votar e, havendo acordos de líderes, eles serão incluídos na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Portanto, solicito à assessoria que faça contato com os parlamentares que nos acompanham pela TVAL.

Ainda temos cinco minutos para iniciar a Ordem do Dia, que contém uma pauta com várias matérias, vários ofícios. Esta Presidência vai fazendo a votação dessas matérias e ao final, então, vai deliberar sobre a inclusão desses dois projetos de lei complementar na Ordem do Dia de hoje.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0040/2014, de autoria do deputado Darci de Matos e 0495/2011, de autoria do deputado Elizeu de Matos.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s: 0530/2012 e 0583/2012, de autoria de entidade social.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0047/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação Amigos de São Martinho, de Siderópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública o Grupo Voluntário de Busca e Salvamento Gerar (GVBS Gerar), de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0387/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Lussa Librelato a rodovia

que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, de Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Este projeto foi aprovado por unanimidade ao deputado José Nei Ascari, numa grande homenagem que esta Assembleia presta ao grande, saudoso e querido empresário Lussa Librelato, do município de Orleans, um dos empresários de destaque em Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente e srs. deputados, v.exa. tem razão, deputado Joares Ponticelli, quando faz referência à Lussa Librelato. Ele nos deixou muito cedo, mas foi um grande líder da família, um líder empresarial, um líder político e por isso que esta homenagem é muito justa. Ele conduziu também, juntamente com a sua família e sócios, a empresa Librelato à condição de terceira empresa do Brasil no ramo.

Portanto, os meus agradecimentos a todos os colegas deputados que reconhecendo a importância de Lussa Librelato para a política no sul do estado e para o mundo empresarial catarinense, aprovaram esta matéria que denomina Lussa Librelato a rodovia que liga a BR-101 até o Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0441/2013, de autoria do deputado Arnaldo Moraes, que denomina Ricardo Sell Wagner o Aeroporto Regional de Correia Pinto.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, está-nos visitando nesta tarde o dr. José Aluísio Vieira, o popular Xuxu, que é presidente da fundação Pró-Rim, uma entidade que tem 500 funcionários e está em todo estado de Santa Catarina. A fundação fez o primeiro transplante renal no estado em 1978 e a primeira hemodiálise também em Santa Catarina. Hoje faz 150 mil hemodiálises por ano e já realizou 1.200 transplantes no estado.

Seja bem-vindo e parabéns pelo trabalho da Fundação Pró-Rim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência também saúda o nosso querido amigo dr. Xuxu, que comparece à nossa sessão plenária na tarde de hoje.

Seja muito bem-vindo v.exa., que está num processo de conhecimento e de andanças nas galerias certamente de uma Casa maior onde v.exa. pretende estar a partir de 1º de fevereiro do próximo ano. E conta com a nossa torcida, não tenha dúvida disso!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu também não posso deixar de cumprimentar o meu querido amigo Xuxu, uma figura muito querida em toda Joinville e também muito querida por todos nós.

Seja bem-vindo e sinta-se em casa, Xuxu. Só não venha tomar o meu lugar, mas pode vir somar-se a nós. Um grande abraço!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, aproveitando que houve uma ruptura na Ordem do Dia para anunciar as visitas nesta Casa, aproveito a oportunidade para registrar também a presença do prefeito de Otacílio Costa, Tio Ligas; do vereador Israel Alfredo Anhaia, que é do Partido dos Trabalhadores; e do secretário de Administração, Edson Pasold, que se fazem presentes nesta Casa e vão utilizar a tribuna logo após para fazer o convite da Festa da Madeira, em Otacílio Costa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, esta Presidência registra e agradece a presença da comitiva do querido município de Otacílio Costa, liderada pelo prefeito Tio Ligas. E, atendendo ao requerimento de v.exa., tão logo encerrarmos a Ordem do Dia, vamos abrir um espaço na sessão plenária para que a rainha e as princesas da Festa da Madeira possam fazer o convite para o evento que vai ocorrer de 9 a 11 do próximo mês de maio.

Srs. deputados e sras. deputadas, a assessoria nos informa que neste momento temos presentes em plenário 23 parlamentares. Há dois Projetos de Lei Complementar, o de n. 0030/2013, de autoria do

Ministério Público, e o de n. 0035/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares. Como o quórum para a deliberação é relativamente baixo, esta Presidência, que faria uma consulta de líderes para a eventual inclusão destas matérias na Ordem do Dia de hoje, encaminha-as à assessoria para incluir na Ordem do Dia de amanhã.

Portanto, serão incluídos na pauta do dia de amanhã os PLCs n.s 30 e 35.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0188/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0189/2014 me 0190/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0191/2014 e 0192/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0193/2014 e 0194/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0195/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 304 e 305, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0307, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0308, de autoria do deputado Darci de Matos; 0310, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0311, 0312, 0313, 0314, 0315, 0316, 0317, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0318, de autoria do deputado Edison Andrino; e 0319, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0309/2.014, de autoria do deputado Manoel Mota e outros, que requer a constituição do Fórum Parlamentar para acompanhar as obras de pavimentação das Rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e da BR-285 (Serra da Rocinha).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0040/2.014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada aos Policiais Militares sargento Vanderlei Bento da Costa, Soldado Deivid Machado e Soldado Davi Fernandes Fraga, manifestando aplauso e reconhecimento ao valoroso serviço prestado no combate ao incêndio que ocorreu no Hospital Infantil Joana de Gusmão, no município de Florianópolis, no dia 19 de abril do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sras. e srs. deputados, esta Presidência recebeu requerimento de acordo com o que determina o Regimento Interno desta Casa, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os Deputados que este subscrevem, com amparo no § 3º do artigo 47 da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o artigo 41 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, REQUEREM a constituição de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, composta por cinco(05) Membros, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, a fim de apurar como fato determinado 'a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído na Rua Bocaiúva n. 1792, Centro, Florianópolis-SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e trinta reais)' por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme a justificativa que segue anexo ao presente requerimento." [sic]

Subscrevem este requerimento 18 parlamentares que compõem esta augusta Assembleia Legislativa.

Encaminhado à secretaria-geral da Mesa para que pudesse ser verificada a legalidade do presente requerimento, nos informou o secretário,

deputado Kennedy Nunes, que o requerimento preenche aquilo que dispõe a Constituição e o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Portanto, esta Presidência, preenchidos os requisitos e verificando as condições legais e regimentais do presente requerimento, faz a comunicação e abre o prazo de uma sessão, ou seja, até o início da sessão ordinária do dia de amanhã, para que qualquer parlamentar, se quiser, possa contestar o fato determinado do presente requerimento. Este é um direito que assiste aos parlamentares que integram esta Casa.

Portanto, até amanhã fica aberto o prazo para eventual questionamento.

No dia de amanhã, não havendo nenhum questionamento, esta Presidência abrirá o prazo regimental de cinco sessões para que as bancadas façam as indicações dos parlamentares que integrarão a CPI. E amanhã informaremos que três bancadas já formalizaram a esta Mesa Diretora a decisão de não participarem da referida comissão.

Portanto, fica aberto o prazo até a sessão de amanhã para eventuais questionamentos e, a partir de amanhã, não havendo questionamento, esta Presidência então abrirá o prazo para que as bancadas que participarão possam fazer a indicação dos membros para compor a CPI.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, apenas para que fique claro e que não haja qualquer interpretação diferente, a nossa bancada, assim como a bancada do PP, também a do PSDB, parece-me que comunicaram à Casa que não irão participar da CPI.

Por isso, faço uma sugestão a v.exa. que a partir da abertura do prazo para a indicação dos membros já refaça o cálculo da proporcionalidade para que as bancadas que vão participar da CPI possam ter o número de indicação necessária, até para não haver dúvida com relação à composição ou

não. Já existindo a manifestação das três bancadas que não irão participar, no meu entendimento, redistribui-se a proporcionalidade àqueles partidos que irão participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência acolhe a sugestão de v.exa. e determina à assessoria que proceda à publicação do requerimento ainda no dia de hoje para que se mantenha esse espaço até amanhã, deputado Carlos Chiodini, para eventual questionamento que é um direito que assiste qualquer parlamentar, e no dia de amanhã, deputado Gelson Merisio, não havendo questionamento, esta Presidência abrirá o prazo para a indicação excluindo já os partidos que se manifestaram formalmente o desejo de não participar e, é claro, apresentando o cálculo que regimentalmente caberá à nossa assessoria nos apresentar até amanhã.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente, pela ordem, sem querer desconsiderar a posição do deputado Gelson Merisio, mas como o regimento desta Casa não tem muito clareza em alguns pontos no que se referi à questão de CPI, gostaria que fosse analisasse juridicamente essa questão porque a nossa interpretação, a minha, pelo menos, é de que todos os partidos devem compor a CPI.

Eu não vejo a Comissão Parlamentar de Inquérito como um ato lesivo à democracia, muito pelo contrário, aqui cumprimos com o nosso papel. Nós aqui não somos uma Casa que devemos nos submeter a determinadas posições porque são as discordâncias que consolidam a pauta democrática deste país.

Eu me permito discordar, de forma muito clara, de um conjunto de ações que tem sido impetrada pelo Ministério Público mesmo aqui enaltecendo a apresentação do dr. Lio Marin, na semana passada, com todo o Ministério Público presente, que é extremamente importante, já que esta é a Casa do

Povo, e aqui estava um segmento da população de Santa Catarina, pelo menos mais da metade dos promotores de Santa Catarina vieram conhecer a Assembleia, e esse é um ato extremamente normal.

Por isso, no cumprimento do nosso papel, como deputado, vamos continuar fazendo aqui o debate sobre os supersalários, sobre o contrato da OI e a sua irreverência, e também sobre a aquisição desse terreno que nunca houve parecer da Caixa Econômica ou de técnico para avaliar os dados que nos foram apresentados neste plenário, mesmo considerando e enaltecendo a apresentação dr. Lio Marin nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, apenas quero deixar claro o nosso entendimento, que é embasado na Constituição, que prevê o direito das minorias, em existindo acima de 14 assinaturas para criarem a CPI. Isso está resguardado.

Agora, a Constituição prevê a autonomia dos partidos e dos parlamentares para participarem ou não de qualquer ato. Não há nenhum partido, maioria ou minoria, que vá nos impor a participar ou não de qualquer ação desta Casa.

Então, que fique claro que nós não participaremos e não há nenhum dispositivo constitucional e regimental aqui, e duvido que haja em Brasília, que vá obrigar alguém a participar de uma CPI se já está manifesto o desejo de não participar. Àqueles que entendem que a CPI deve ser feita, que indiquem os membros e a façam. É simples!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado.

Portanto, está aberto o prazo até amanhã, no início da sessão para contestação. Amanhã apresentaremos um novo cálculo da composição,

desconsiderando a participação dos partidos que formalizaram o seu desejo e abrindo espaço para que os demais façam as indicações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, foi feito juntamente com a assessoria a verificação das assinaturas e, portanto, foi dado prosseguimento.

Mas, falando como deputado, gostaria de saber para onde vai o resultado final desta CPI? Para o Ministério Público? Vamos fazer a CPI do Ministério Público e mandar o resultado para o Ministério Público, sendo que lá em Brasília já está sendo investigado o fato.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAISON LIMA - Nessa lógica do deputado Kennedy Nunes, não é necessário haver investigação em lugar algum. Na realidade o objeto de uma CPI não é apenas a ótica do Ministério Público, mas a ótica pública da cidadania, do Conselho Nacional de Justiça, do debate democrático nesta Casa entre o Parlamento e a sociedade catarinense. Por isso, permito-me, deputado Kennedy Nunes, dizer que vamos entregar ao Ministério Público, mas também vamos levar para outros órgãos, porque se faz necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradeço, deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero deixar duas questões consolidadas para que os telespectadores possam acompanhar. Essa é a

primeira CPI da história da República, do Parlamento, contra o Ministério Público.

E não vamos participar pelo simples fato de que poderíamos convidar o Ministério Público para vir nesta Casa. O procurador-geral viria à Assembleia, como já veio, e poderia dirimir todas as dúvidas numa reunião das comissões técnicas do Parlamento catarinense. Portanto, entendemos que não há necessidade de criação da CPI. Esse é o motivo que nos leva a não participar dessa CPI única na história da República.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de deixar bem claro que, discordando das colocações do deputado Darci de Matos, esta CPI não é contra o Ministério Público, muito pelo contrário. Tenho um respeito muito grande pela instituição e sua importância. Essa CPI, que já assinei - e já disse que assinaria no ano passado antes do episódio Titon -, é contra a compra de um prédio, que não existe ainda, por R\$ 123 milhões, sem licitação, que no início da sua construção foi embargado pelo próprio Ministério Público. Então se trata de um quadro polêmico.

Agora, dez procuradores do próprio Ministério Público deste estado entraram com uma ação judicial contra as promoções na instituição e ganharam. Houve uma decisão judicial dizendo que aquelas promoções não foram legais.

Eu quero dizer com isso, sr. presidente, com todo respeito que tenho ao Ministério Público, que ninguém está isento de fiscalização. Imagina se um prefeito comprasse um prédio por R\$ 5 milhões sem licitação. O Ministério Público ia deixar isso passar em branco? Não, sr. presidente! Então, não é contra o Ministério Público, instituição pela qual temos o maior respeito.

Outro dia ouvi uma declaração de um procurador dizendo que justamente quem assinou é quem possui problema com o Ministério Público. Eu

não tenho nenhum problema com o Ministério Público. E quem não assinou tem problema com o Ministério Público? Também me parece que não tem! Quem não assinou não tem. Não assinou com medo. E quem assinou também não assinou porque tem problema e sim porque achou que deveria haver uma investigação em cima da compra de um prédio por R\$ 123 milhões, muito mal explicada até agora.

Eu espero que nessa CPI o Ministério Público explique e convença não a Assembleia, mas a população catarinense, que eles estão corretos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Dirce Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não tenho dúvida de que a nossa função é provocar discussão, discutir com as bancadas. Historicamente as bancadas têm participado nesta Casa das apurações, de situações como esta. Nós não temos problemas com o Ministério Público, queremos uma apuração concreta, clara, para a sociedade catarinense, dessa situação. Não é porque seria a primeira ou a última CPI contra o Ministério Público que vamos deixar de fazer o nosso trabalho, porque é função deste Parlamento deixar claro o investimento do dinheiro público no estado e no país.

Este Parlamento tem a responsabilidade de ajudar a fiscalizar a aplicação do dinheiro público. E nesse caso está claro que precisa ser melhor esclarecido. A CPI tem o papel de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Encerrada a discussão sobre a CPI.

Finda a Ordem do Dia.

(Passa a ler.)

"Requerimento sobre a mesa, com amparo no Regimento Interno, requer que a suspensão da sessão ordinária, no dia 22 de abril, pelo tempo de até dez minutos, após a Ordem do Dia, para a

divulgação e convite para a 5ª Festa da Madeira, em Otacílio Costa.”

O presente requerimento está subscrito por todos os líderes partidários. Portanto, preenche os requisitos.

Está Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos e convida o sr. Luiz Carlos Xavier, popular Tio Liga, com a sua comitiva, a rainha e as princesas da Festa da Madeira para usarem a tribuna desta Casa Legislativa, pelo tempo estabelecido.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, delegação de Otacílio Costa, nosso prefeito, vereador, rainha e as princesas, cumprimento-os e desejo uma boa festa.

Trago o tema sobre a BR-280, trecho federalizado de Canoinhas a Porto União. Gostaria de falar sobre algumas grandes obras federais que estão sendo realizadas no nosso estado, que são o grande destaque dos últimos anos na área de infraestrutura, já que estamos terminando os últimos gargalos da BR-101 sul.

Mas quero dizer que nas últimas semanas tivemos uma grande ação lá no município de Xanxerê, na travessia urbana, quando tivemos o retorno da obra para terminar a parte central da rodovia e o elevado daquela cidade, que foi uma das grandes preocupações no referido município.

No último sábado também fomos até o acesso de Chapecó, que será uma obra extraordinária, juntamente com os nossos deputados estaduais; nosso deputado federal, Pedro Uczai; nosso presidente, Cláudio Vignatti; e que resolverá o gargalo da entrada e saída da nossa querida cidade de Chapecó.

A obra está na reta final e a expectativa é que em maio ela seja de fato entregue, com uma extraordinária visão de cima do elevado que vai do trevo da BR-282 ao acesso a Chapecó. A referida obra custará R\$100 milhões, e contará, em 80%, com recursos do governo federal, 20% dos recursos do estado e, com a participação do município com a elaboração do projeto técnico. É uma grande conquista.

Estamos cobrando uma audiência com o ministro dos Transportes na semana que vem em Brasília, deputado Silvio Dreveck, para incluirmos a duplicação da BR-282 do município de Irani até São Miguel d' Oeste no PAC III, que vai ser lançado pela Dilma Rousseff, que é a principal rodovia, nosso tronco rodoviário que liga o extremo oeste, na divisa da Argentina com o litoral catarinense.

Estaremos levando esta pauta junto com os prefeitos, com as associações dos municípios e as entidades do oeste para o ministro dos Transportes, em Brasília, e também a questão das nossas ferrovias, a integração do oeste ao litoral, para ser incluída no PAC III. São reivindicações muito grandes e a comunidade está mobilizada para incluir essa ferrovia no PAC III com as duas frentes parlamentares, com a frente que coordeno aqui na Assembleia Legislativa e a Frente Nacional, coordenada pelo deputado Pedro Uczai.

Nós temos uma agenda intensa em Brasília para incluir estas duas grandes obras no PAC III. Além disso, da BR-163 que já está em pleno andamento ligando São Miguel d' Oeste a Dionísio Cerqueira. E agora no processo de federalização do trecho sul que liga o Rio Grande do Sul, um trecho que está bem encaminhado, nos últimos detalhes, no processo de federalização, aos municípios de Itapiranga a São Miguel d' Oeste, que no futuro será a nossa grande rodovia do extremo oeste, ligando Rio Grande do Sul com a luta pela ponte na travessia do Rio Uruguai, o Rio Grande do Sul ao Paraná pela fronteira com a Argentina para aquela importante rodovia da BR-163.

Estivemos no ministério do Trabalho trabalhando na perspectiva de ligar a BR-158 a BR-282, nos municípios de Maravilha, Cunha Porã, passando por Campo Erê e Paraná, porque esta é também uma importante rodovia que, entendemos, precisa ter federalizado o trecho de Campo Erê até Maravilha, divisa da BR-282, que é uma rodovia que há muitos anos é reivindicada pela comunidade regional para ser mais uma grande linha de transporte, ligando o sul ao centro oeste do nosso país.

E por último, falando da Rodovia SC-280, trecho de Canoinhas a Porto União, gostaria de dizer que fizemos uma ampla mobilização da comunidade - pois o estado não deu conta em resolver os gargalos e fazer melhorias naquela rodovia -, para federalizar, a exemplo do que acontece de Canoinhas até São Francisco do Sul, até o porto. Foi federalizado, o DNIT assumiu a rodovia, já está fazendo toda a reestruturação, uma reforma, um investimento grandioso naquela rodovia, mas temos agora a situação da margem, a área de domínio da rodovia junto ao DNIT.

Então, temos uma decisão do DNIT para a desocupação da área de domínio, porque nessa área existem muitas propriedades de agricultores, mas também temos problemas sérios com comércio, com empresas instaladas nessa região.

E amanhã, vamos ter uma reunião às 17h, com o DNIT, nesta Casa, na sala de imprensa, para discutir o tema da federalização da SC-280, ligando a cidade de Canoinhas a Porto União. Vamos debater o tema das indenizações das propriedades e o prazo que as famílias e os proprietários da região vão ter para desocupar a área. Já pedimos também uma audiência pública nessa região, mas ainda não foi possível agendar.

Nós sempre temos um grande envolvimento com os temas referentes à infraestrutura catarinense, por isso, estamos coordenando a Frente Parlamentar das Ferrovias nesta Casa, porque a infraestrutura é muito necessária para Santa Catarina. Acompanhamos as obras federais, mas também estamos sempre presentes e cobrando investimentos, reformas das

rodovias estaduais, porque temos grandes e várias rodovias no estado com grandes problemas e que não dão mais conta do transporte necessário para várias regiões do nosso estado, inclusive, acompanhamos novas obras que estão sendo realizadas em Santa Catarina como, por exemplo, a ligação da região do vale norte de Santa Catarina a região norte do estado, obra muito reivindicada, passando por Rio do Campo, por Santa Terezinha, ligando o planalto norte do estado até o Paraná.

Então, amanhã vamos fazer uma reunião, nesta Casa, às 17h, para discutir com a comunidade, com as lideranças da região, para buscar os encaminhamentos necessários, e, com certeza, o compromisso do governo federal em não prejudicar os nossos agricultores, a nossa população. Vamos buscar encaminhamentos que possam dar conta, que possam dar tranquilidade ao nosso povo catarinense para que eles possam continuar trabalhando e que os investimentos ocorram e melhorem os transportes em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SHEFFER - Caro deputado Manoel Mota, que preside esta sessão, srs. deputados, sra. deputada, quero aproveitar este momento para referenciar, primeiramente, nas galerias da Assembleia Legislativa, a presença do Lúcio, que veio de Maracajá fazer um convite a todos aqui para uma promoção local. Ele e toda a equipe que dirige a Apae daquele município merecem o nosso respeito, a nossa consideração e o nosso aplauso pelo trabalho significativo que fazem, e agora em maio estão fazendo mais um grande evento para arrecadar fundos para aquela instituição.

Na tarde de hoje quero aqui trazer para reflexão desta Casa e de todos os telespectadores a questão da partilha dos recursos dos três entes federados do Brasil: união, estado e municípios.

Deputados Manoel Mota, v.exa.que já foi prefeito de Araranguá, e Silvio Dreveck, que já foi prefeito também na sua cidade, sabem do histórico de escravismo que vive o sistema municipalista brasileiro.

Ao longo dos anos, a união acabou concentrando muitos recursos financeiros na sua mão e poder em detrimento dos municípios, dos estados e, acima de tudo, dos cidadãos, e isso tem causado uma crise muito forte em todos os municípios não somente de Santa Catarina como do Brasil.

Se nós perguntarmos hoje a um prefeito de uma cidade média para pequena se consegue realizar uma obra de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil com recursos próprios, exclusivos da receita municipal, ele dirá que terá dificuldade.

Por isso quero aqui, juntamente com o movimento municipalista, com a Fecam, deputado Manoel Mota, trazer para reflexão de todos nós um gráfico em que os números dizem tudo.

Em 1991, a união ficava com 51% de todos os impostos pagos no país, os estados brasileiros com 30% e os municípios, as cidades com 19%.

Já no ano de 2000 esses percentuais começaram a alterar. A união passou para 62%, o estado já caiu para 24% e os municípios arrecadavam apenas 14%. E agora, mais recentemente, há dois anos, no ano de 2012, a união ficou com 60% de todos os impostos pagos neste país, os estados diminuíram um pouco mais para 23% e os municípios arrecadaram, em média, 17%.

Esses são dados oficiais da Federação Catarinense dos Municípios - Fecam -, o que traz para todos nós a reflexão de que há concentração do poder e necessidade de se discutir um novo pacto na Federação, definindo funções entre estados, municípios e governo federal.

Não bastasse isso, os municípios também ficam reféns. E nós, que fomos prefeito de Sombrio durante oito anos, também tivemos o privilégio de presidir a Fecam.

Vivemos muito bem isso. Os municípios ainda ficam reféns das políticas públicas, tanto estaduais quanto federais, que acabam criando

mecanismos que levam as nossas prefeituras a criar programas que acabam tendo que ter uma contrapartida do município muitas vezes maior do que a entidade que propôs a criação desse projeto.

Boa parte do custeio do programa, das equipes da Saúde da Família, enfim, de uma série de outros programas da área social, programas esses estaduais e federais, é feito pelas prefeituras, onerando ainda mais a folha de recursos das nossas prefeituras.

Por isso é necessário que a sociedade, que as instituições façam uma reflexão sobre este tema, para uma readequação, um reequilíbrio dessa situação. Porque como está no momento hoje, deputado Dirceu Dresch, é impossível uma cidade média, pequena, executar um planejamento da sua gestão.

Vejam que a proposta atual da Federação Catarinense dos Municípios e também da Confederação Nacional dos Municípios, foi criada a partir dos anos 80 para defender os interesses das cidades, porque é nela que a pessoa precisa do serviço público ao seu alcance, e é justamente essa cidade que recebe menos recursos dos impostos pagos pelo cidadão, pelo contribuinte.

O que é a proposta ideal liderada pela Fecam aqui em Santa Catarina e também pela CNM em nível nacional? Seria que a União, definindo as suas funções, cuidasse da economia, da segurança nacional e de projetos macros. E para isso ela ficaria com 25%. Seria definir também as funções executivas dos governos estaduais: a União ficaria com 45%, os estados com 25%, aumentando um pouco a receita dos estados, e os municípios ficariam com 30% do bolo tributário nacional para poder executar as políticas públicas e aí, sim, melhorar de maneira significativa o planejamento da gestão municipal.

O prefeito, hoje, tem que fazer o quê? Embarcar na segunda-feira num carro e vir a Florianópolis, ou pegar um avião e ir a Brasília gastando com transporte, com diária, com alimentação para poder realizar as obras no seu

município, porque a totalidade das suas receitas está ficando no custeio, na manutenção da máquina.

Vários programas foram criados e aumentou significativamente a despesa com a folha de pessoal. Está aí o piso, justo, do magistério, e outros programas que foram criados que oneraram a folha de pagamento das prefeituras, tirando do prefeito a capacidade de investimento.

Por isso, queremos aqui hipotecar o nosso apoio à Fecam, deputado Manoel Mota, e pedir o apoio de todos os parlamentares desta Casa para lutarmos pelo fortalecimento das cidades, dos municípios, e com isso melhorar a qualidade de vida das nossas cidades.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado José Milton Scheffer, quero parabenizá-lo e dizer que esse é um dos grandes debates que teremos pela frente, com certeza, nos próximos anos.

Hoje pela manhã fiz um pronunciamento e trouxe um conjunto de dados sobre essa situação. Felizmente, estamos criando no Brasil a perspectiva de um respeito maior e de reconhecer os problemas que os municípios enfrentam. Eu, especialmente, sou de um pequeno município e conheço muito bem isso.

Agora, por outro lado, e falava isso de manhã, os municípios também precisam reconhecer o avanço que tivemos nos últimos anos. A participação dos municípios passou de 14% para 17%. Então, há um reconhecimento, um aumento de investimentos e a criação de importantes políticas também da União que ajudam os municípios, como foi agora a entrega de máquinas para todos os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Então, ainda precisamos avançar, mas também temos que reconhecer esse avanço.

Há também a discussão com os estados, porque eles também estão repassando, e aqui especialmente Santa Catarina, muito serviço para os municípios. Epagri, bombeiro, educação estão passando para os

municípios. Então, estado, União e municípios precisam discutir isso e construir algo cada vez mais justo e necessário para o povo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Com certeza, deputado Dirceu Dresch, o que se busca é uma autonomia municipal em que os municípios possam, com mais recursos em caixa, fazer um planejamento e executar obras.

Mas, sem dúvida nenhuma, a pressão do movimento tem feito com que a receita cresça e o caminho é um só, e todo prefeito sabe disso: continuar a fortalecer a pauta municipalista. E o prefeito também tem que ficar esperto na hora de construir um equipamento público, porque aquilo gera despesa, e a despesa é eterna. A construção de uma creche ou de um posto de saúde, através de um convênio, dura um ou dois anos, mas a sua manutenção acaba, muitas vezes, em dois ou três anos, cobrindo todo o valor daquele investimento, mas é eterno para a vida do município. E isso tem causado um problema muito sério para as finanças dos municípios.

Por isso fica aqui a nossa colocação, o pedido de apoio para que se construa um novo pacto federativo no nosso Brasil, com uma política fiscal mais justa para quem paga, mas também para o contribuinte que mora e precisa do serviço público lá na sua cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Gostaria de cumprimentar o Lúcio pelo convite. Dia 17 de maio será um dia histórico, a feijoada em Maracajá é fundamental para a Apae e nós convidamos os parlamentares para que se façam presentes.

Com muita honra registro a presença do prefeito Antônio Felipe, de Pedras Grandes, que se encontra aqui a trabalhar pelo seu município e prestigiando o Parlamento na tarde de hoje.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.